

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM****Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco****ou o MME:**

VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Programa amplia prazo de concessão de ferrovias	12

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras perde R\$ 2,4 bi em processo de empresa de sondas.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Empresa de sondas vence arbitragem no valor de R\$ 2,4 bi contra a Petrobras.....	3
Título: Petrobras usará regime privado para contratar	4
Título: Preço do etanol registra alta de 8% nas Usinas de SP	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Transmissão de energia atrai mais investidores.....	5
Título: Petrobras perde ação de R\$ 2,4 bi no exterior	6
VEÍCULO: Valor Econômico	8
Título: Setor privado interrompe importação de combustível	8
Título: Governo pretende manter leilão de cinco distribuidoras.....	9
Título: Base pouco empenhada e obstrução devem frustrar aprovação de projeto de lei	11
Título: Programa amplia prazo de concessão de ferrovias	12
Título: Propostas feitas à ANP defendem alinhar preço ao mercado externo	14
Título: Abiplast quer que governo monitore venda da Braskem	16
Título: Petrobras perde arbitragem sobre contrato de sonda	18
Título: Novo plano de cargos e salários da estatal vai valorizar o desempenho	19

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: BRUNO ROSA, RAMONA ORDOÑEZ e GERALDA DOCA****Título: Petrobras perde R\$ 2,4 bi em processo de empresa de sondas**

Petroleira poderá fazer compras para consórcios sem licitação

A Petrobras perdeu um processo bilionário para a operadora de sondas de perfuração Vantage Drilling International. A empresa informou ontem que ganhou US\$ 622 milhões (equivalentes a R\$ 2,428 bilhões) em um tribunal internacional de arbitragem. O caso envolve duas subsidiárias da estatal, a Petrobras America e a Petrobras Venezuela Investments & Services, que teriam rompido os termos de um contrato de prestação de serviços de perfuração do navio-sonda Titanium Explorer.

O imbróglio começou em 2015, quando as subsidiárias notificaram a operadora de sondas, nas Ilhas Cayman, de uma rescisão do contrato. A Petrobras alegou que a companhia havia violado obrigações contratuais. Em seguida, a Vantage iniciou o processo de arbitragem. Em seu balanço, a Petrobras estimava uma possível perda no processo de R\$ 1,33 bilhão.

BALANÇO DO PPI TEM 80 OBRAS PARADAS

O episódio ocorre menos de um mês depois de a Petrobras sofrer uma derrota no Tribunal Superior do Trabalho (TST) em ação movida pelos funcionários num processo que discute o cálculo de remunerações e adicionais dos empregados.

O impacto estimado é de R\$ 17,2 bilhões, incluindo o pagamento de R\$ 15,2 bilhões em salários retroativos e o efeito na folha de pagamento deste ano de R\$ 2 bilhões. Em outra frente, a Petrobras vai poder fazer contratações de bens e serviços para consórcios nos quais é operadora, utilizando um regime próprio de empresas privadas.

Nestes casos, a petroleira não estará sujeita à regra da Lei das Estatais, que prevê licitação. A medida foi aprovada pelo conselho da empresa no dia 26 e publicada ontem no Diário Oficial da União. A mudança se aplicará no desenvolvimento da produção da área de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos, no qual a Petrobras é operadora e tem como sócios Shell, Total e as chinesas CNOOC e CNPC.

As contratações para atender a demandas exclusivas dos consórcios serão feitas pelo regime das empresas privadas. As contratações para atender, simultaneamente, a demandas da estatal e dos consórcios devem seguir a Lei das Estatais. — A Petrobras precisa dessa velocidade que o modelo de contratação das estatais não permite, mas terá de seguir boas práticas e prestar contas a seu Conselho de Administração e acionistas, além do poder público — avalia o advogado Rodrigo Leite, especializado em óleo e gás.

Na área de infraestrutura, balanço do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) mostra que 80 empreendimentos, equivalentes a investimentos de R\$ 136,4 bilhões, ainda não saíram do papel a menos de seis meses do fim do governo. Além do cronograma apertado, o Planalto busca uma solução para contornar decisão do Tribunal de Contas da União (TCU), que passou a exigir que o Executivo envie todas as informações relativas aos leilões com antecedência mínima de 150 dias a contar da publicação do edital, com o objetivo de ter mais tempo para autorizar as licitações.

Segundo o secretário especial do PPI, Adalberto Vasconcelos, o governo quer negociar com a Corte uma exceção para projetos em andamento. Ele disse que os técnicos do TCU são chamados a participar das discussões na fase inicial. Por isso o governo defende uma fase de transição para a norma: — O governo está em tratativas com o TCU para ter uma regra de transição. Conforme O GLOBO antecipou ontem, na reunião do PPI o governo anunciou que vai recorrer a empresas privadas para a construção de ferrovias consideradas prioritárias.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Empresa de sondas vence arbitragem no valor de R\$ 2,4 bi contra a Petrobras

Rio de Janeiro- A Vantage Drilling, operadora de sondas de perfuração de poços petrolíferos baseada nas ilhas Cayman, disse nesta segunda (2) que venceu um processo de arbitragem no valor de US\$ 622 milhões (R\$ 2,4 bilhões) contra a Petrobras.

A arbitragem foi solicitada pela Vantage em 2015, após rescisão unilateral de contrato de aluguel da sonda Titanium Explorer, sob a alegação de descumprimento de cláusulas contratuais. Assinado em 2009, o contrato foi alvo da Operação Lava Jato.

A rescisão contratual foi anunciada no fim de agosto de 2015, período em que o mercado convivia com excesso de oferta de sondas de perfuração, reflexo da queda das cotações internacionais em 2014. Na época, a Petrobras também reviu contratos com as empresas Schahin, Seadrill e Transocean.

A Vantage alegou que não houve descumprimento do contrato, que tinha o valor de US\$ 1,8 bilhão (R\$ 7 bilhões). Em seu balanço, a Petrobras calculava em R\$ 1,33 bilhões o valor de uma possível perda no processo de arbitragem movido pela Vantage Drilling.

O contrato foi assinado pela diretoria Internacional, à época comandada por Jorge Zelada, condenado a 15 anos de prisão por corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo o Ministério Público Federal, a contratação da Titanium Explorer rendeu US\$ 20,8 milhões (R\$ 81 milhões) em propinas.

Em relatório entregue a Ministério Público Federal em 2015, a Petrobras disse que a sonda foi entregue com atraso e, apesar disso, a Vantage não foi penalizada, o que resultou em prejuízo de US\$ 14,5 milhões (R\$ 56,7 milhões).

Procurada, a Petrobras ainda não comentou o assunto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Petrobras usará regime privado para contratar

Rio de Janeiro- A Petrobras poderá utilizar um regime próprio de empresas privadas em contratações de bens e serviços para consórcios em que atue como operadora, quando não se aplicará regra associada à chamada Lei das Estatais que determina a realização de licitação, segundo decisão do conselho de administração da petroleira publicada no Diário Oficial da União na segunda-feira (2).

A mudança aconteceu em meio a uma revisão do regulamento de licitações e contratos da Petrobras e foi aprovada em uma reunião do conselho da estatal em 26 de junho, com vigência a partir de 2 de julho.

Segundo o novo regulamento, a Petrobras fica sujeita "ao regime próprio das empresas privadas" para contratações de bens e serviços de consórcios operados por ela "que visem atender a demandas exclusivas dos consórcios".

Nesses casos, não será aplicado o procedimento previsto na Lei 13.303, a Lei das Estatais, que determina que todas as contratações devem ser por meio de licitação pública.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Preço do etanol registra alta de 8% nas Usinas de SP

São Paulo- Os preços médios do etanol praticados pelas usinas do Estado de São Paulo, referência nacional para o biocombustível, tiveram alta de 8% no primeiro trimestre da safra 2018/19, de abril a junho, ante igual período do ciclo anterior, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP

A firmeza nas cotações ocorre diante de fortes vendas pelas usinas e destilarias, dada a demanda aquecida pelo biocombustível.

Recentemente, a União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica) relatou comercialização recorde na primeira quinzena do mês de junho.

Conforme o Cepea, no mês passado o valor médio do etanol hidratado, usado diretamente nos tanques de veículos, foi de R\$ 1,6037 por litro, 1,22% acima do apurado em maio. Para o anidro, a valorização foi de 4,7%, para R\$ 1,8097.

Na semana passada, porém, os preços já haviam recuado para R\$ 1,507 por litro, no caso do hidratado, e para R\$ 1,7484, para o anidro, "pressionados pela maior oferta, devido à necessidade de algumas usinas em fazer caixa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Transmissão de energia atrai mais investidores

O mais bem-sucedido de todos os leilões de transmissão de eletricidade promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) foi vencido por uma empresa indiana, a Sterlite Power. Os deságios oferecidos foram recordistas, confirmando que quando há confiança na segurança jurídica dos

contratos cresce o interesse de investidores externos e internos em aplicações de longo prazo.

“Nenhum país do mundo tem um histórico de 20 anos de concessões de transmissão de energia como o Brasil”, declarou o presidente mundial da companhia vencedora, Pratik Agarwal. Tão ou mais importante é a afirmação do executivo indiano de que “não acreditamos que nenhum partido (que ganhe a eleição presidencial de outubro), seja de direita ou de esquerda, vá interferir em projetos antigos”.

A empresa venceu seis dos principais lotes oferecidos pela agência reguladora e já havia arrematado lotes em leilões de transmissão realizados no País em abril e dezembro do ano passado. O leilão recente ofertou 20 lotes em 16 Estados, envolvendo uma extensão de 2,6 mil km de linhas de transmissão. Os investimentos previstos são de R\$ 6 bilhões e os vencedores ofereceram deságio médio de 55%. O deságio mais alto atingiu 74% e foi proposto pela colombiana ISA Cteep, que opera no Estado de São Paulo. Houve outros nove vencedores, indicando diversificação de investidores externos e internos.

A moldagem do certame foi feita com vistas a atrair empresas de menor porte, favorecendo intensa disputa por vários lotes. O diretor da Aneel André Pepitone enfatizou o êxito do leilão. O deságio oferecido, calcula ele, permitirá uma economia vultosa para os consumidores, estimada em R\$ 14,1 bilhões durante o prazo dos contratos.

A opção por atrair mais empresas menores do que em leilões passados ajuda a evitar a concentração de riscos, nos casos de insolvência do vencedor. Num dos maiores projetos de geração do País (Belo Monte), o grupo vencedor do linhão de transmissão (o espanhol Abengoa) abandonou a construção em 2015, sendo substituído pela chinesa State Grid e pela estatal Eletrobrás.

Temeu-se pela entrega do projeto. Com raras exceções, os investimentos em transmissão são vistos como atraentes pelos investidores locais e estrangeiros por oferecerem remuneração estável no longo prazo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Petrobrás perde ação de R\$ 2,4 bi no exterior

Empresa fornecedora de sondas, Vantage Drilling, alegou que estatal descumpriu obrigações em contrato alvo de investigação na Lava Jato

A Petrobrás sofreu mais uma derrota judicial. Ontem, a Vantage Drilling, operadora americana de sondas de perfuração de poços petrolíferos, venceu um processo de arbitragem no valor de US\$ 622 milhões (R\$ 2,4 bilhões) contra a estatal. A derrota acontece menos de uma semana depois de a petroleira ter aceitado pagar US\$ 2,95 bilhões (R\$ 11,5 bilhões) para encerrar na Justiça dos Estados Unidos todas as ações contra perdas de acionistas causadas pelas descobertas de irregularidade durante a Operação Lava Jato da Polícia Federal.

A Petrobrás era a maior cliente da Vantage, com quem tinha contrato para fornecimento de navios-sonda desde 2009. A arbitragem foi aberta pela empresa americana após ter seu contrato cancelado unilateralmente pela companhia brasileira sob alegação de que a operadora de sondas descumpriu suas obrigações.

A Vantage foi implicada nas investigações da Operação Lava Jato a partir da delação premiada do ex-diretor da área internacional da estatal Jorge Zelada. O executivo admitiu favorecimento à Vantage na negociação para afretamento do navio-sonda Titanium Explorer, no valor de US\$ 1,8 bilhão. Segundo o Ministério Público Federal, a contratação da Titanium rendeu US\$ 20,8 milhões (R\$ 81 milhões) em propinas.

Como ainda faltava o pagamento de US\$ 1,1 bilhão, a Vantage recorreu a um tribunal de arbitragem internacional contra a estatal brasileira. Na época da rescisão, o mercado de petróleo vivia um período de excesso de oferta de sondas de perfuração, reflexo da queda das cotações internacionais em 2014. Nesse período, a Petrobrás também reviu contratos com as empresas Schahin, Seadrill e Transocean.

Além da Petrobrás, foram consideradas também culpadas as unidades da estatal Petrobrás America (PAI) e Petrobrás Venezuela Investments and Services (PVIS).

Resposta.

Procurada, a Petrobrás não comentou. Segundo a agência de notícias Dow Jones, a operadora de sondas americana entrou com pedido de falência no final de 2015, citando os preços do petróleo e os efeitos da Operação Lava Jato sobre a Petrobrás. A companhia teria desistido do pedido em 2016. De acordo com o relatório 20-F, encaminhado pela Petrobrás para órgãos do mercado de capitais nos EUA, a estatal calcula em US\$ 400 milhões (R\$ 1,5 bilhão) o valor de uma possível perda no processo de arbitragem movido pela Vantage.

Segundo a Polícia Federal, a Lava Jato teria ocasionado prejuízo de no mínimo R\$ 20 bilhões para a petroleira. Jorge Zelada foi condenado a 12 anos de prisão pelos desvios cometidos da Petrobrás e recorreu ao Superior Tribunal de Justiça no ano passado, mas teve o pedido de liberdade negado. Zelada foi capturado na Operação Conexão Mônaco, 15.ª fase da Lava Jato. Os investigadores descobriram contas secretas do ex-diretor da estatal no Principado de Mônaco com saldo de 11,58 milhões de francos suíços, ou R\$ 50,2 milhões.

Mais problemas.

A Petrobrás também sofreu, em junho, um grande revés na Justiça brasileira. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que os funcionários da estatal têm direito ao pagamento de abonos salariais definidos em um acordo coletivo originalmente firmado em 2007. A conta que sobrar para a empresa é de aproximadamente R\$ 15 bilhões. Neste caso, no entanto, ainda cabe recurso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cláudia Schüffner e André Ramalho

Título: Setor privado interrompe importação de combustível

A interferência do governo no preço dos combustíveis depois da greve dos caminhoneiros, em maio, praticamente interrompeu as importações de diesel e gasolina por um grupo de empresas privadas responsável por 60% das compras externas desses produtos.

Segundo Sérgio Araújo, presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), que reúne nove importadores, a paralisação ocorreu depois da publicação do Decreto 9.403/2018. "O decreto, feito no calor da greve, não reflete a paridade. Com isso as operações dos importadores independentes foram interrompidas". Em junho e julho, diz ele, as importações tendem a zero. O que ainda está sendo importado é resultado de compromissos anteriores à criação do programa de subvenção.

Segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP), empresas privadas já respondiam por 91,1% das importações de diesel e 89,5% das de gasolina em 2018, mostrando perda de participação da Petrobras. As importações de diesel, com o subsídio do governo de R\$ 0,30 por litro, caíram 36,4%, segundo dados do Ministério de Desenvolvimento. O diesel importado responde por 30% do consumo brasileiro, percentual que é de 17% na gasolina, segundo o Centro Brasileiro de Infra Estrutura.

A política de preços da Petrobras, que acabou desencadeando a greve dos caminhoneiros, completa hoje um ano, em meio a debate decisivo. A ANP começa a avaliar, nesta semana, com base nas contribuições recebidas durante consulta pública, se é o caso ou não de fixar uma periodicidade mínima para os reajustes - a correção dos preços era diária, até o congelamento para pôr fim à greve.

Os principais agentes do mercado estão alinhados num ponto-chave: distribuidoras, importadores e Petrobras são a favor da manutenção dos preços alinhados com o mercado internacional e, portanto, contrários a qualquer subsídio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresa

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Governo pretende manter leilão de cinco distribuidoras

O governo pretende manter o leilão de cinco das seis distribuidoras da Eletrobras, marcado para 26 de julho, apesar da liminar concedida na última semana pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski proibindo a venda de controle acionário de estatais sem a aprovação do legislativo. No entendimento prévio do governo, as empresas já estavam no Programa Nacional de Desestatização (PND) e por isso estariam isentas da necessidade da apreciação do tema pelo Congresso. Alguns juristas ouvidos pelo Valor, porém, veem risco jurídico para os participantes do certame.

"A tese [de realização do leilão] é porque [as distribuidoras] estão no PND, mas vamos aguardar o entendimento jurídico formal", disse o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Félix.

Para outra fonte próxima à Eletrobras, o entendimento interno da estatal está em linha com o do ministério. "Todas [as distribuidoras] têm lei, portanto não estariam afetadas pela liminar geral", afirmou. A única empresa que não poderia ser leiloada neste momento é a Ceal, do Alagoas, já que para esta há uma liminar de Lewandowski específica contra sua privatização.

A expectativa de que o leilão será mantido, evitando a liquidação das concessionárias, ajudou a impulsionar as ações da Eletrobras. Ontem, os papéis ordinários (ON) subiram 7,14%, a R\$ 13,06, e as ações preferenciais classe B (PNB) avançaram 8,34%, a R\$ 14,68.

Advogados e especialistas ouvidos pelo Valor avaliam que a tese do governo tem fundamento, mas dizem que a realização do certame sem derrubar a liminar impõe um risco grande para seu sucesso.

Para a equipe jurídica do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia Elétrica e Região do Rio de Janeiro (Sintergia-RJ), a decisão de Lewandowski é aplicável para todas as estatais. "Com base neste entendimento, estamos avaliando medidas concretas para a aplicação em favor dos ativos em risco de privatização sem autorização legislativa prévia", diz o sindicato. "Temos direito e vamos recorrer juridicamente por isso", disse o diretor do Sintergia-RJ e da Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel), Emanuel Torres.

O principal receio na Eletrobras é de que a liminar, ainda que não impeça a realização do leilão, afaste potenciais compradores das distribuidoras, devido ao receio de que o resultado possa ser contestado no futuro.

Segundo uma fonte jurídica relacionada ao Ministério de Minas e Energia, a liminar concedida por Lewandowski exige uma autorização legal prévia, mas não fala em uma lei "específica" para cada empresa que será privatizada.

Na avaliação do governo, o artigo 8º da Lei 12.783, de conversão da MP 579, já autoriza a venda das concessionárias. O artigo diz que as concessões de geração, distribuição e transmissão que não forem prorrogadas serão licitadas. No caso de estatais, a União pode fazer o leilão associado à transferência de controle da empresa prestadora do serviço.

A tese também se baseia na Lei 9.619, de 1998, que tratou da federalização das distribuidoras de energia Ceal, Cepisa (Piauí), Ceron (Rondônia) e Eletroacre. O artigo 2º diz que, depois da aquisição do controle acionário das concessionárias pela Eletrobras, elas seriam automaticamente incluídas no PND, cabendo à estatal implementar as medidas de saneamento das distribuidoras para que pudessem ser privatizadas.

O Valor apurou que o governo aguarda a publicação do parecer de força executória da liminar concedida por Lewandowski, que deve esclarecer como será o cumprimento da decisão. A expectativa é que o parecer deixe claro que a liminar do STF não se aplica às distribuidoras.

No caso da liminar que barra a venda da Ceal, porém, a única saída do governo é conseguir uma decisão favorável e derrubar a liminar. Como o recesso do judiciário já começou, a União precisa convencer a ministra Carmén Lúcia, presidente do STF, a apreciar o recurso em regime de plantão. O argumento para isso é a urgência da decisão, uma vez que o leilão está marcado para dia 26 e o recesso só termina em agosto.

Mesmo que as liminares sejam superadas, ainda há incertezas sobre a privatização das distribuidoras ao fim deste mês. Um ponto fundamental para atratividade do leilão é a aprovação do regime de urgência urgentíssima do Projeto de Lei 10.332/2018, que trata do equacionamento de pendências e das dívidas das distribuidoras, lembrou o advogado Gustavo de Marchi, do escritório Décio Freire. "Sem a aprovação do PL, a situação piora significativamente", disse.

Questionado sobre a possibilidade de aprovação pela Câmara hoje, Félix disse que "torço para que isso aconteça, mas só a Câmara pode fazer uma avaliação".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Raquel di Cunto

Título: Base pouco empenhada e obstrução devem frustrar aprovação de projeto de lei

Na semana derradeira para o Congresso Nacional aprovar o projeto de lei que libera a venda de seis distribuidoras de energia da Eletrobras que são deficitárias, o governo esbarra em dificuldades dentro da própria base aliada, além da obstrução dos deputados de oposição, e pode ver frustrado seu plano de sanear as empresas para privatizá-las.

O principal problema é igual ao enfrentado na tentativa de privatização da própria Eletrobras: os parlamentares não querem se desgastar, às vésperas da eleição, com as famílias dos 6 mil funcionários que temem perder seus empregos com a venda das empresas. Os seis Estados que terão distribuidoras privatizadas têm 51 deputados, 39 na base do governo.

O requerimento para levar o projeto direto para o plenário está na pauta da Câmara há três semanas, mas não foi votado. Aprová-lo pode ser até mais difícil do que votar a proposta, porque a urgência exige apoio de 257 deputados, maioria absoluta, enquanto o projeto é por maioria simples, de metade dos presentes (podem ser apenas 129 votos favoráveis).

O deputado Pauderney Avelino (DEM-AM) considera que a Amazonas Energia é a que está em pior situação e é provável que não apareçam compradores no leilão, o que significaria a liquidação da empresa, apesar da importância que tem para o Estado. "Prefiro dar seis meses de prazo para o governo avaliar uma outra ação que possa melhorar o perfil da empresa, para então ser vendida, do que votar agora e acabar na liquidação", disse.

Coordenador da bancada nordestina, Júlio César (PSD-PI) disse que é contra, porque a estatal do seu Estado, a Cepisa, estaria subavaliada. Ressalta ainda que o governo do Piauí disputa com a Eletrobras o valor devido pela federalização - R\$ 300 milhões ou R\$ 800 milhões - e um débito com o fundo de pensão. "É uma empresa com patrimônio positivo, mas querem vender por R\$ 50 mil e isso não concordo", afirmou.

Heráclito Fortes (DEM-PI), um dos deputados mais próximos do presidente Michel Temer, também está contra. Cita a disputa jurídica com a Eletrobras e aposta que o projeto nem será votado esta semana, apesar de faltarem só duas semanas para o recesso. "Acho que um dia vai ter que acontecer [a venda], só não acho que esse seja o momento", pontuou.

Com o prazo apertado, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), realizará reunião hoje para discutir a pauta da semana e tentar evitar pelo menos a obstrução. O governo está preocupado: o Congresso entra em recesso na próxima semana e depois a expectativa é que o Legislativo esteja esvaziado de agosto a novembro por causa da eleição.

O projeto também ajudaria a sanear as contas das empresas, o que facilitaria a venda. Em sessão do Congresso na semana passada, contudo, senadores alertaram os deputados que o desgaste do voto no texto pode ser em vão, já que não estariam dispostos a aprová-lo em apenas uma semana. Até nos Estados onde não há distribuidoras há dificuldades e a cobrança de que seja votado antes um projeto para liberar R\$ 900 milhões para emendas parlamentares. "Estou acompanhando, ainda não posso declarar meu voto", disse o deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Carla Araújo e Raphael Bitencourt

Título: Programa amplia prazo de concessão de ferrovias

O governo anunciou ontem a prorrogação de concessões de ferrovias da Vale e da MRS para viabilizar investimentos na expansão da malha. A solução, que já era aguardada pelo setor, foi aprovada ontem em reunião do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI).

A Vale ganhará o direito de estender o prazo de concessão nos contratos da Estrada de Ferro Carajás e da linha Vitória-Minas. Em contrapartida, a

companhia terá que construir 383 quilômetros da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico).

O mesmo modelo de contrato será usado na renovação de trechos concedidos à MRS. Já a contrapartida de investimento para a concessionária será a construção de 53 quilômetros do Ferronel. Os recursos serão aplicados no trecho que interligará as estações de Perus (SP) e Manoel Feio (Itaquaquecetuba) - em linha com o traçado do Rodoanel.

O secretário especial do PPI, Adalberto Vasconcelos, informou que a prorrogação de contratos da Vale gera um valor de outorga positivo que será transformado em contrapartida de investimento na expansão da malha ferroviária. "A Fico é prioridade nacional", disse, Vasconcelos.

O material de divulgação do governo indica que a Fico receberá R\$ 4 bilhões em investimentos. Após a construção do trecho, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deve fazer a concessão para escolha de uma empresa para fazer a operação dessa malha adicional. No caso do Ferroanel, o governo estima um investimento da ordem de R\$ 5 bilhões.

O presidente da República, Michel Temer, se encarregou de conduzir a 7ª Reunião do CPPI, que contou com a participação dos ministros Ronaldo Fonseca (Secretaria-Geral), Moreira Franco (Minas e Energia), Valter Casimiro (Transportes) e Esteves Colnago (Planejamento). Inicialmente o presidente pretendia usar o anúncio para fazer uma cerimônia no Palácio do Planalto, já que por conta da lei eleitoral o governo não poderá mais fazer anúncios e eventos a partir do próximo dia 7. Apesar disso, o encontro acabou sendo fechado à imprensa.

Responsável pelo programa Avançar Parcerias, Fonseca anunciou, após a reunião, a inclusão de mais 14 projetos no programa de concessão do governo federal. Segundo o ministro, a estimativa é que os investimentos totalizem R\$ 136,4 bilhões. "Dos 175 empreendimentos, temos o desafio de entregar 80 ao longo deste ano", disse. Após a inclusão dos novos empreendimentos, a pasta destacou que há no total 189 projetos qualificados para execução.

Novamente, o portfólio do programa de concessões do governo foi reforçado pelos projetos de infraestrutura que já fazem parte do calendário das agências reguladoras dos setores. Este é o caso do leilão de 10 lotes de redes de transmissão que será realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A iniciativa tem a previsão de gerar R\$ 8,12 bilhões de investimentos.

A 5ª Rodada de Partilha do Pré-Sal já havia recebido a liberação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e também foi incluído no Avançar

Parcerias. As quatro áreas que serão ofertadas (Saturno, Titã, Pau-Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde) deve render (ao governo) bônus de assinatura de, pelo menos, R\$ 6,82 bilhões se todos os lotes forem negociados.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Propostas feitas à ANP defendem alinhar preço ao mercado externo

A política de preços de combustíveis da Petrobras baseada em reajustes diários atrelados à cotação internacional completa hoje um ano de vida mergulhada num debate decisivo que poderá definir sua continuidade. A Agência Nacional de Petróleo (ANP) começa a avaliar, esta semana, se é o caso ou não de se fixar uma periodicidade mínima para os reajustes, com base nas contribuições recebidas durante consulta pública.

O debate sobre a política de preços é controverso, mas os principais agentes do mercado estão alinhados num ponto-chave: distribuidoras, importadores e Petrobras são a favor da manutenção dos preços alinhados com o mercado internacional e, portanto, contrários a qualquer subsídio - como o governo ensaiou, ao anunciar o congelamento dos preços do diesel, por 60 dias, para encerrar a greve dos caminhoneiros.

Em um ano, a Petrobras mexeu nos preços centenas de vezes e, em meio à valorização do petróleo e do dólar, o diesel subiu 49,9%, e a gasolina 48%, nas refinarias. O descontentamento dos consumidores levou à greve de caminhoneiros e o pedido de demissão do presidente da empresa, Pedro Parente.

Durante a greve, o governo anunciou que os preços do diesel passariam a ser revistos mensalmente, mas os reajustes diários da gasolina foram mantidos. O debate convocado pela ANP, no entanto, também colocará os reajustes da gasolina em pauta.

O conteúdo das contribuições só será conhecido nos próximos dias, mas alguns agentes do mercado já se posicionaram. O presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, disse que a empresa só irá decidir pela continuidade ou não dos reajustes diários após os resultados da tomada pública. Ele é enfático, porém, ao defender preços alinhados à cotação internacional.

"A capacidade de estabelecer nossos preços como um reflexo das variações do preço do petróleo, sem perdas para companhia, e competir de igual para igual neste mercado são condições essenciais para que a Petrobras seja capaz de cumprir seu papel de empresa que gera riqueza e desenvolvimento. Não vejo nenhuma contradição entre esses objetivos", afirmou Monteiro, em carta aos funcionários, logo após assumir o cargo.

A Petrobras passou a adotar a política de reajustes diários em julho do ano passado, como forma de responder rapidamente à volatilidade e recuperar a fatia de mercado que vinha perdendo para as importações por terceiros. O entendimento, no comando da petroleira, era de que, ao reajustar diariamente os preços, as importadoras teriam menos tempo de reagir à precificação da estatal nas suas estratégias de encomendas de cargas. Os resultados não vieram de imediato, mas desde o fim do ano passado, quando a Petrobras calibrou suas margens, a companhia vem recuperando mercado.

As principais concorrentes da petroleira, as importadoras, também fazem coro à liberdade de preços. "É fundamental que a política de preços da Petrobras tenha como base a prática de preços internacionais, de forma a oferecer previsibilidade para investimentos no refino e na logística de abastecimento por terceiros", diz o presidente da Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis (Abicom), Sérgio Araújo, que defende ajustes nos preços de referência usados no cálculo dos subsídios do diesel, de forma a contemplar os custos de importação.

A Plural, associação que reúne as distribuidoras, já sinalizou também que os preços praticados pela Petrobras deveriam continuar acompanhando a volatilidade do mercado internacional, sem interferências no preço ou na frequências dos reajustes.

Entre os defensores da revisão da política de reajustes da Petrobras, a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) informou que não pretendia apresentar contribuições. A Federação Única dos Petroleiros (FUP), que apoiou a greve de maio, contudo, pretende participar do debate. A FUP é contra os reajustes diários e defende que os preços dos combustíveis sejam reajustados com base nos custos de produção nacional, e não com base no câmbio.

A ANP abriu o debate em resposta à forte reação contrária à escalada dos preços. O diretor-geral da agência, Décio Oddone, tem defendido que o objetivo não é interferir na liberdade de formação dos preços, mas sim regular a periodicidade dos reajustes.

A ANP também formou um grupo de trabalho com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), para "repensar o setor de combustíveis e a possibilidade da adoção permanente das medidas regulatórias excepcionais".

Uma eventual decisão da ANP de regular a periodicidade dos reajustes poderá soar, para alguns segmentos do mercado, como uma interferência na política de preços. Para outros setores da sociedade, uma liberdade completa poderia configurar omissão da ANP na regulação de um monopólio de fato da Petrobras no refino.

Edmar Almeida, professor do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diz que o governo se encontra numa "encruzilhada" entre avançar na atração de investimentos ou reforçar a posição de monopólio de fato da Petrobras. Destaca que a liberalização de preços, após anos de controle, é um esforço "extremamente impopular", mas que, para atrair investimentos privados é necessário eliminar o risco de manipulação dos preços.

Almeida reconhece, no entanto, que, de forma transitória, enquanto as condições para competição no refino não forem criadas, é possível se buscar uma regra de preços para disciplinar o monopólio da Petrobras, embora seja uma "equação complexa"

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes

Título: Abiplast quer que governo monitore venda da Braskem

A indústria de transformação do plástico quer que o governo acompanhe a potencial venda da Braskem, principal fornecedora de insumos do setor, para a LyondellBasell, que tem sede na Holanda. Juntas, as petroquímicas darão origem à maior produtora mundial de resinas e o fato de uma companhia estrangeira estar a caminho de assumir a única fornecedora nacional de polietileno (PE) e de polipropileno (PP) preocupa os transformadores brasileiros.

"Esse é um monopólio protegido e está passando às mãos de investidores estrangeiros. Queremos mostrar ao governo que essa é uma questão estratégica, assim como a venda da Embraer", disse ao Valor o presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), José Ricardo Roriz Coelho. O setor não é contrário à operação, ressaltou o executivo. Mas, nessa

circunstância, quer voltar a discutir a eliminação de barreiras à resina importada.

"A alíquota de importação [de 14%] e tarifas antidumping inibem a concorrência e afastam produtores internacionais que querem fornecer seus produtos aos transformadores brasileiros", disse Roriz. O Brasil aplica antidumping às importações de PP, PVC e resina PET - o mais antigo tem quase 28 anos.

A Odebrecht, que controla a Braskem, informou há pouco mais de duas semanas que está em tratativas preliminares com a LyondellBasell para venda de sua participação na petroquímica. A oferta deve ser estendida aos demais acionistas da Braskem, incluindo a Petrobras. Ao fim da operação, a Odebrecht ficaria com uma fatia minoritária da LyondellBasell.

Para sensibilizar o governo, os transformadores vão mostrar que os preços das principais resinas no país sobem com força desde o ano passado, acima da variação das cotações internacionais, e que apenas uma parte dessa correção pode ser atribuída à desvalorização cambial.

Levantamento da Abiplast indica que, desde o início de setembro, quando as operações da indústria petroquímica nos Estados Unidos se recuperavam da passagem do furacão Harvey, os preços em reais dessas matérias-primas subiram entre 24,55% (polietileno de baixa densidade linear) e 36,79% (PVC). Ao mesmo tempo, no mercado americano, houve desde queda de 10,31% (polietileno de alta densidade referência injeção) a aumento de 31,28% (polipropileno) - o PP é a única resina com variação maior no mercado americano do que no brasileiro, onde a alta foi de 29,11% no mesmo intervalo. Na Ásia, os valores em dólares variaram entre 2,49% de queda (polietileno de baixa densidade) e 15,65% de alta (polietileno de alta densidade referência sopro).

No ano, segundo a entidade, os aumentos aplicados aos preços domésticos já chegam a 24% - contra 17% de desvalorização do real - e a elevação dos custos não tem sido repassada aos preços dos transformados, uma vez que o mercado permanece "retraído".

Novo reajuste é esperado para este mês. A Braskem anunciou no fim da semana a tabela de preços para resinas termoplásticas válida em julho, com aumentos de até 7% para o polietileno, segundo fontes ouvidas pelo Valor. A petroquímica teria reajustado o polietileno de baixa densidade (PEBD) e o linear (PEBDL) em R\$ 500 por tonelada e o de alta densidade em R\$ 600 por tonelada. A Dow, segunda maior fornecedora de PE no mercado brasileiro, teria subido os preços em R\$ 500 por tonelada.

A Braskem também teria reajustado o polipropileno em R\$ 600 por tonelada, diante do maior preço do propeno no mercado americano e da variação cambial. E há discussão em curso quanto a um provável aumento de 5% para o PVC, embora a demanda esteja aquém do esperado.

A desvalorização cambial e o aumento dos preços internacionais de resinas e da nafta petroquímica, um derivado do petróleo, ajudam a explicar parte dos reajustes no mercado doméstico ao longo de 2018. Somente no segundo trimestre, o petróleo (usando como referência o WTI) subiu 14,2%, para US\$ 74,15 o barril. Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), a cotação da nafta em reais subiu 19,7% em maio ante abril e 27,4% nos cinco primeiros meses do ano.

Procurada, a Braskem informou que não comenta reajustes específicos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Renato Rostás

Título: Petrobras perde arbitragem sobre contrato de sonda

A Petrobras perdeu uma disputa em um tribunal internacional de arbitragem movida pela Vantage Drilling Internacional, que questionou o encerramento de um contrato de fornecimento de sondas em agosto de 2015. Segundo comunicado divulgado ontem pela Vantage, o tribunal de arbitragem deu ganho para a companhia, que vai receber uma indenização de US\$ 622 milhões (R\$ 2,43 bilhões ao câmbio de ontem) pelos danos sofridos.

O montante é superior ao previsto pela companhia em seu formulário 20-F (documento arquivado no regulador do mercado dos Estados Unidos equivalente ao formulário de referência) mais recente, que estimava uma perda de US\$ 400 milhões.

A perda não estava provisionada no balanço da companhia.

A Petrobras firmou em 2009 um contrato de US\$ 1,816 bilhão com a Vantage Drilling para o uso do navio-sonda Titanium Explorer entre 2012 e 2020. Em 2015, no entanto, a petroleira estatal cancelou o contrato, alegando que a Vantage descumpriu suas obrigações.

Isso aconteceu depois que a Vantage foi implicada nas investigações da operação Lava-Jato, a partir da delação do ex-diretor da área internacional da Petrobras Jorge Zelada. O ex-diretor foi condenado em fevereiro de 2016 a 12

anos e dois meses de prisão pelo juiz Sérgio Moro, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Segundo a sentença de Moro, a contratação do navio-sonda pela Petrobras teria sido repleta de irregularidades, o que foi constatado por relatório de auditoria interno feito pela própria estatal.

Ao ser notificada sobre o encerramento do contrato, em 2015, a Vantage entrou com a queixa contra a Petrobras em um tribunal de arbitragem internacional. Além da estatal, também foram citadas na ação a Petrobras America e a Petrobras Venezuela Investments & Services, subsidiárias da estatal por meio da qual o contrato foi firmado. Segundo comunicado da Vantage, o tribunal rejeitou as queixas apresentadas pela Petrobras.

Essa é a segunda perda significativa que a Petrobras sofre com ações nos Estados Unidos neste ano. Além da arbitragem, a estatal informou no início do ano que fechou um acordo para encerrar a ação coletiva movida por investidores contra a companhia na Justiça americana. Para isso, aceitou pagar US\$ 3 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Roberto Rockmann

Título: Novo plano de cargos e salários da estatal vai valorizar o desempenho

O comando da Petrobras acredita que o novo plano de carreiras e remuneração da companhia dará maior mobilidade à força de trabalho e valorizará mais o desempenho individual de seus funcionários. As regras do novo plano, apresentadas ontem aos empregados da empresa, trazem mudanças importantes no regime de progressão da carreira: a ideia é incentivar mais a promoção por desempenho e alongar mais o tempo necessário para progressão automática por tempo de casa.

Para estimular a adesão às novas regras, a estatal pagará um bônus aos funcionários que optarem pela transição. O valor a ser pago será proporcional ao regime de trabalho (administrativo ou operacional) e ao nível salarial da carreira que cada empregado ocupa. Em média, a petroleira pagará o equivalente a duas remunerações para cada funcionário, o que exigirá um desembolso da ordem de R\$ 1,4 bilhão por parte da companhia, segundo duas fontes consultadas pelo Valor. A expectativa é que o retorno do investimento se dê em até quatro anos.

A migração é voluntária, vale apenas para os 62,7 mil funcionários da holding e deverá ser feita até setembro. "O interesse da companhia é que todos os empregados migrem, já que o PCR [plano de carreira e remuneração] está mais alinhado à nova cultura da Petrobras, onde o mérito deve ser a base de todo reconhecimento", comentou a empresa, em nota.

Pelas novas regras, a Petrobras alongará o tempo necessário para progressão por antiguidade. Em contrapartida, promete intensificar o aumento de salários por desempenho. No plano anterior, os avanços de nível se davam por avaliação de desempenho em 12 ou 18 meses, e em 24 meses de forma automática por antiguidade. Agora, irão ocorrer em 12 meses por avaliação de desempenho, e em 60 meses por antiguidade..

O novo PCR também simplifica a divisão da força de trabalho em apenas dois cargos amplos: nível superior e nível técnico. Até então, havia 36 carreiras de nível superior atual e 20 carreiras de nível médio. Classificados entre níveis superior e técnico, os funcionários serão direcionados para eixos de atuação (tecnologia, operações e gestão de negócios etc).

A expectativa é que essa distribuição permita dar maior mobilidade à gestão da força de trabalho - um aspecto importante num momento em que a empresa intensifica seu programa de desinvestimentos e terá, possivelmente, que realocar funcionários.

"Ainda estamos avaliando os efeitos sobre os empregados, mas acreditamos que as novas regras podem reduzir as contratações da companhia por concurso público", afirmou o secretário-geral da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Adaedson Costa.

Segundo as novas regras da Petrobras, as realocações levarão em conta fatores como nível de formação escolar e áreas de conhecimento do empregado.

O plano foi aprovado semana passada pelo conselho de administração da companhia. Em carta enviada aos gestores da petroleira, na sexta-feira, o diretor de Assuntos Corporativos da estatal, Eberaldo de Almeida Neto, afirmou que o objetivo do plano é tornar a empresa "mais eficiente, ágil e produtiva, com formas de trabalhar que permitam equilíbrio entre vida profissional e pessoal e estabeleçam novas relações de confiança entre os empregados e a companhia".

MME / ASCOM .